

27 JUL 1992

POLÍTICA ECONÔMICA

Con. Brasil

“As reformas são necessárias para dar continuidade ao programa econômico”

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

O ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, ressaltou a necessidade de haver um “consenso da sociedade para que o programa econômico possa ser implementado de modo efetivo”, no encerramento do I Fórum Liberal da América Latina, organizado pelo Instituto Liberal, que reuniu no hotel Maksoud Plaza representantes da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e Venezuela para falar sobre o ajuste de suas economias.

O ministro exemplificou que é necessário o “consenso” para se aprovar a reforma fiscal neste ano (ver página 7). “Há necessidade urgente e inadiável da reforma fiscal e institucional para que se possa dar continuidade ao programa econômico.”

Outros participantes do encontro, como o vice-ministro da Economia da Argentina, Carlos Sanchez, e o ex-ministro de Finanças do Chile, Hernán Büchi, que iniciou o processo de estabilização das economias na América Latina, crivaram Márcilio com perguntas.

Büchi, que relacionou entre os problemas brasileiros “o quase desaparecimento da moeda, a inflação crônica, historicamente, e a abertura econômica mais lenta do que a de seus vizinhos”, quis saber também das políticas sociais e do programa de privatização.

O ex-ministro chileno disse que a inflação no nível de 20% ao mês “não é sustentável”. Márcilio concordou que “a 20% a inflação não é tolerável. Não estamos conformados. Estamos usando todas as armas — fiscal, monetária, maior liberdade comercial e produtividade para que venha a níveis civilizados”.

Admitiu que há a preocu-

pação de acelerar a privatização. Mas lembrou que as catorze empresas já privatizadas são “muito grandes. São as maiores siderúrgicas da América Latina. E não mais de 350 estatais para vender”, afirmou, lembrando que em outros países, como o México, havia pequenas empresas vendidas rapidamente. Lembrou ainda que a venda de algumas empresas depende de mudança na Constituição — o que leva tempo — para extinguir monopólios.

A abertura da economia brasileira foi uma preocupação não só de Büchi como também do vice-ministro argentino da Economia. Sanchez afirmou que é frequentemente questionado se o Mercosul pode seguir adiante com os problemas econômicos do Brasil. Para ele, “a natureza

da política econômica e a firmeza com que tem sido implementada permitem prognósticos otimistas para a solução dos problemas”.

Márcilio respondeu aos dois dizendo que o “ritmo de abertura é prudente e atende às características do Brasil, mais amplo e dando a passos lentos e graduais”. Acrescentou que a política de substituição de importações, esgotada agora, teve êxito em desenvolver a indústria local. “Precisamos dar tempo para que as empresas se adaptem”, disse, lembrando que em 1º de outubro nova rodada de redução de tarifas vai ocorrer. “Garantiiu que nosso programa é irreversível. Não há condições de acelerá-lo nem de retardá-lo”.

Büchi concordou que, do lado externo, os avanços fo-

ram grandes, citando os números que Márcilio apresentou, como o saldo da balança comercial de mais de US\$ 1,6 bilhão, em junho, 66,3% superior ao de igual mês de 1991 e 12,5% superior ao de maio — o maior desde maio de 1990. “Nos primeiros seis meses do ano, a corrente de comércio superou, pela primeira vez em nossa história, o valor de US\$ 25 bilhões.”

O representante do México, catedrático da Universidade de Morelos, Edgard Mason Villalobos, quis saber da preocupação social do governo. Márcilio afirmou que a estabilidade é considerada um bem comum. A inflação de 0,88% por dia “é igual a um imposto perverso e não transparente que recai sobre o trabalhador e reduz o salário que ganha”.